ALFABETIZAÇÃO COMO PROCESSSO PARA AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA

MARIA IZABEL DA PENHA CORTIZIO

RESUMO

O presente artigo visa analisar a alfabetização como processo complexo e conceitual para a aprendizagem da leitura e da escrita de todos os estudantes. Destaca-se a importância de as atividades pedagógicas estarem vinculadas nas práticas sociais com o uso da função social da escrita. A psicogênese da linga escrita é um conhecimento importante para os educadores refletirem seus pressupostos. Aponta-se como o processo de letramento poderá ampliar as aprendizagens na apropriação da alfabetização e na formação da cidadania. O estudo trouxe as contribuições das Ciências Cognitivas e das Neurociências para o conhecimento dos educadores refletirem como o estudante pensa e como ele aprende. Para elaboração dos dados teóricos realizou-se um artigo de revisão por meio de pesquisa bibliográfica e descritiva. Concluiu-se que a alfabetização é um processo conceitual que precisa de planejamento e mediação dos professores para a apropriação do código linguístico, pois a escrita é um objeto cultural elaborado pela humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Leitura; Escrita, Estudante; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to analyse literacy as a complex and conceptual process for learning to read and write for all students. The importance of pedagogical activities being linked in social practices with the use of the social function of writing is highlighted. The psychogenesis of written linga is important knowledge for educators to reflect their assumptions. It is pointed out how the literacy process can expand learning in the appropriation of literacy and in the formation of citizenship. The study brought the contributions of Cognitive Sciences and Neurosciences to the knowledge of educators to reflect how students think and how they learn. To prepare the theoretical data, a review article was carried out through bibliographic and descriptive research. It was concluded that literacy is a conceptual process that requires planning and mediation from teachers to appropriate the linguistic code, as writing is a cultural object created by humanity.

KEYWORDS: Literacy; Reading; Writing, Student; Learning.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira tem um grande desafio, a aquisição da leitura e escrita para todos os estudantes. A alfabetização é um processo complexo que envolve uma aprendizagem conceitual. Há muitos anos procurou-se uma metodologia para alfabetizar nas escolas, pois os métodos aplicados não eram eficientes para aprendizagem em geral dos estudantes.

Estudos da Psicogênese da Língua Escrita, em 1980, abordaram novas perspectivas sobre como é elaborado o processo de aquisição da leitura e da escrita. Aponta-se a necessidade de os educadores conhecerem as concepções epistemológicas e metodológicas que concebe a escrita como um sistema de representação da linguagem e um objeto cultural da humanidade. Dessa forma, destaca-se a importância da articulação no processo de alfabetização com o letramento, ou seja, as práticas sociais do uso da função social da escrita.

Atualmente, as Ciências Cognitivas e as Neurociências também são referenciais teóricos básicos para o campo educacional conhecer e entender como os aprendizes pensam e aprendem a escrita. Sugerem uma forma para elaborar um caminho metodológico, em que se trabalhe: memória, atenção, percepção, motivação, emoções e noções de tempo e espaço, que deveriam ser concebidas como habilidades cognitivas fundamentais para aquisição da leitura e da escrita.

O objetivo geral dessa investigação é analisar a alfabetização como processo complexo e conceitual para aprendizagem de todos os estudantes. Elaborou-se como objetivos específicos: conhecer aspectos históricos da alfabetização; identificar a importância do letramento no processo de alfabetização e ampliar a discussão sobre alfabetização nas pesquisas das Ciências Cognitivas e das Neurociências.

A problemática discorreu sobre: como elaborar um processo de aquisição de leitura e de escrita para todos os estudantes aprenderem. Para isso, visou-se refletir sobre as pesquisas epistemológicas e os avanços neurocientíficos que auxiliam no processo complexo de alfabetização. Apresentou-se também aspectos teóricos sobre a temática para debater que a habilidade da escrita e da leitura não é um domínio mecânico, mas sim um trabalho, envolvendo práticas sociais, planejado e mediado pelos professores.

Para coletar todo esse referencial teórico, realizou-se uma pesquisa descritiva, na qual os eventos foram apresentados sem interferência do pesquisador. Utilizou-se um artigo de revisão e de pesquisa bibliográfica baseada em livros, teses e artigos científicos

da área educacional.

A organização dos conteúdos desse estudo, primeiramente, apontou os métodos de ensino de alfabetização utilizados historicamente. Debateu-se, a seguir, a importância do letramento para o processo de alfabetização. Por fim, ampliou-se e fechou-se com discussões sobre as contribuições das Ciências Cognitivas e das Neurociências para aquisição da leitura e escrita.

2 DESENVOLVIMENTO

Alfabetizar é elaborar um conhecimento complexo. Reconhecida como um grande desafio para a Educação Brasileira há muitos anos. Sustenta-se como uma aprendizagem conceitual que não se pode confundir com o método de ensino, isto é, uma técnica. Assim, o presente estudo irá fazer uma reflexão sobre alfabetização no seu processo histórico, relacionar o letramento para a organização de novas práticas e trazer novas experiências das Ciências Cognitivas e das Neurociências para o campo educacional.

Carvalho (2005) aponta que, em uma visão interacionista, o homem está em constante construção e interagindo com o meio. A alfabetização e o letramento devem caminhar juntos, ou seja, interagir entre si para que a construção do conhecimento seja viável. A alfabetização é a transformação da decodificação (sinais gráficos) ou da codificação (sons da fala gráfica), com esses processos, a criança consegue construir hipóteses sobre o funcionamento da escrita.

2.1 ALFABETIZAÇÃO: TÉCNICA OU PROCESSO EM CONSTRUÇÃO?

A alfabetização é um processo diversificado por possuir múltiplas facetas. Cagliari (1990) faz uma retrospectiva da invenção do alfabeto, atribuída aos fenícios, até meados do século XX. Aponta poucas mudanças na metodologia do seu ensino, assim, os métodos e processos de alfabetização evoluíram somente superficialmente no que concerne ao ensino da escrita e leitura. Dessa forma, estes continuaram, por todos esses anos, centrados, exclusivamente, na preocupação do ensino e memorização do código alfabético-fonético da língua.

Esse processo se iniciou praticamente com a pintura nas cavernas do período paleolítico, transformou-se na pictografia (registro de ideias por desenhos copiados da natureza com relativo realismo). Aperfeiçoou-se com a simplificação desses desenhos, modificou-se em ideogramas (sinais simplificados de desenhos, já sem a preocupação de fazê-los cópias fiéis da natureza) e resultou na criação dos fonogramas (sinais que representam os sons da língua falada), invenção essa atribuída ao povo semita, que habitava a Ásia Menor (CAGLIARI, 1990).

O alfabeto atual, que nos permite escrever qualquer palavra, é um conhecimento resultado de longos anos de história da escrita do homem. Surgindo da necessidade de registrar fatos, ideias e pensamentos. Rizzo (1988, p.11), ao analisar o processo histórico da alfabetização, aponta uma sequência neste processo: “o ensino da leitura e da escrita na Antiguidade (Grécia e Roma antiga) enfatiza de tal forma o domínio do alfabeto (ensino do nome e forma das letras), ao ponto de o processo iniciar-se pela caligrafia e pelo reconhecimento oral do nome de cada sinal (letra)”. Para realização desse procedimento repetitivo, os alfabetizandos demoravam para aprender, pois, por exemplo, para escrever uma frase, os sons das palavras eram juntados sem nenhuma preocupação do seu significado.

Nos métodos sintéticos, a metodologia utilizada era começar pelas partes de unidades menores para chegar a unidades maiores, ou seja, da parte para o todo (sílabas, palavras, frases e por último, textos). A estratégia utilizada era criar uma relação entre o som e a escrita, assim, o aprendizado se dava letra por letra, sílaba por sílaba e palavra por palavra, o que descontextualizava sua escrita e leitura. Já, nos métodos analíticos, o processo era ao contrário, das unidades maiores, as palavras, frases ou textos. Nessa metodologia a compreensão do estudante se fazia pelo sentido de um texto, de forma globalizada (o conjunto, isto é, o todo), para depois aprender as sílabas (SEBRA;DIAS, 2011).

Cada um destes processos possui estratégias diferentes para a aprendizagem do alfabetizando. O método sintético pode se dar por meio da soletração. Nele, soletra-se cada letra e realiza-se a junção da consoante à vogal para decodificar a palavra, o que pode ser considerado repetitivo. Outro método sintético, seria o fônico, que reconhece o som das letras, consoante mais vogal, pronunciando a sílaba. Há ainda, o método silábico, em que diferentemente do fônico, a criança teria conhecimento primeiro da sílaba para formar a palavra (SEBRA; DIAS, 2011).

Já, no método analítico, inicia-se por leituras de textos para familiarizar-se com palavras e depois as sílabas, o estudante extrai dos textos palavras. Outro analítico, seria o método de palavração, que propõe o aprendizado das letras por meio de uma palavra retirada de um texto, que, a seguir, será separada em sílabas para formar outras palavras. Dentro dessa metologia ainda encontra-se o método analítico de sentenciação, que trabalha com frases divididas em palavras e por fim em sílabas (SEBRA; DIAS, 2011).

Nos métodos anteriormente abordados, o processo de alfabetização se dava primeiramente em dominar todas as possí-

veis combinações de letras e sons, uma vez que o paradigma era o de que o professor conduzia todas as experiências e ações do ato de escrever e ler. Assim, a ênfase maior se dava aos materiais escolares específicos, as conhecidas cartilhas e as manobras das penas e tintas na caligrafia das letras. O ensino da escrita sobrepunha-se ao da leitura (RIZZO, 1988).

A mensagem dos textos das cartilhas do ensino de alfabetização permaneceu por muito tempo não acompanhando as modificações sociais. Demonstrava-se um mundo muito distante do vivido pelas crianças em idade escolar, o texto não passava de um pretexto para fazer com que as crianças discriminem e identifiquem as letras e ou grafemas e ou sílabas. Para Schlickann (2001), os autores das cartilhas, de um modo geral, restringiam o seu objetivo à alfabetização, desse modo, ignoravam que a alfabetização é um passo, embora indispensável, para se chegar à leitura. A sequência de atividades estava baseada em uma concepção de que é pelo treino, pela repetição e pela memorização exaustiva que se aprende, e não pela reflexão sobre o objeto de conhecimento.

As concepções do ensino da língua escrita e no processo de alfabetização por muito tempo foram hegemônicas, ao utilizar as cartilhas, os professores faziam o processo aditivo de partes, ou seja, as sílabas que se constituía as palavras e as palavras que constituíam as frases, posteriormente. Assim, as cartilhas parecem pressuporem uma concepção de que se ensina a escrever a partir de um processo aditivo das partes, um processo mecânico de alfabetização, apenas uma técnica (SCHLICKANN, 2001).

Ainda hoje, pode-se encontrar cartilhas na orientação da prática de muitos professores, mesmo que seja parcialmente. Destaca-se que esses pressupostos, no entanto, foram superados por outros estudiosos para possibilitar uma melhor compreensão do processo ensino aprendizagem. Aspectos relativos às concepções da língua, de linguagem e de como se pode aprender sobre a língua e a linguagem. Mas, essa superação que aconteceu de modo geral nas pesquisas acadêmicas e teóricas não significou, de imediato, uma equivalente transformação da prática pedagógica.

Dessa forma, compete a prática pedagógica a condição primordial de conhecer as concepções epistemológicas e metodológicas que estão implícitas no cerne do seu trabalho, desenvolvê-las adequadamente, bem como definir a base da sua atuação. Estudos comprovaram que "a escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem" (FERREIRO,1989, p. 10).

Os estudos de Emília Ferreiro (1980) auxiliaram a compreensão do processo de aprendizagem da leitura e escrita, desvelaram-se as razões em que as crianças que são provindas de famílias mais favorecidas possuíam mais desenvoltura para a demanda escolar que as famílias menos favorecidas. Essas investigações das questões de ensino e aprendizagem deram a compreensão que as crianças que possuíam um conhecimento prévio, antes de entrar na escola. As famílias mais favorecidas oferecem a participação das atividades sociais mediadas pela escrita, experiências significativas em relação às outras crianças (SMOLKA, 1988).

Para Ferreiro (1989, p.43), "a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade". Ao ser um objeto cultural, a escrita possui diversas funções sociais e está presente no cotidiano da sociedade, especialmente, nas cidades grandes. As propriedades da escrita aparecem para a criança "como suporte de ações de intercâmbios sociais" em contextos organizados pelos adultos como letreiros, embalagens, periódicos e muitos outros.

Na alfabetização no Brasil, até os fins da década de 70, pode se observar que havia forte influência do associacionismo, por meio dos métodos sintéticos, analíticos e mistos, denominados como tradicionais. Abordava-se a aquisição da leitura e escrita como um processo mecânico. Posteriormente, a perspectiva psicogenética e sócio-histórica trouxe uma revisão nestes aspectos (DURIGAN, 2007).

Ferreiro (1989, p.10) aponta que "tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre método utilizado e o estado de 'maturidade' ou de 'prontidão' da criança". A escrita poderá ser observada em duas formas diferenciadas: como uma forma de representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras. Ao defender a primeira forma da escrita, a autora acima citada salienta que a escrita é um sistema de representação, que para aprendê-la é necessário a apropriação de um novo objeto de conhecimento, isto é, uma aprendizagem conceitual.

Freire (2003) reflete sobre esses fatores e assinala que cabe ao professor o domínio da teoria para poder dominar a sua prática. Assim, ao se posicionar criticamente, ao vivenciar a educação, supera-se as posturas ingênuas. Dessa forma, a prática é inovadora, isto é, quando estiver articulada com uma teoria científica, considerando que no campo da alfabetização muitos aspectos envolvem o seu processo.

2.2 O LETRAMENTO E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com Colello (1995), alfabetização é uma construção conceitual, contínua, desenvolvida simultaneamente dentro

e fora da sala de aula, processo interativo, que acontece desde os seus primeiros contatos da criança com a escrita. Tal compreensão enfatiza que o aprendizado da escrita alfabética não reduz apenas um processo de associação entre letras sons. Para dominar esse sistema, o estudante precisa elaborar uma série de hipóteses e realizar tomadas de decisões, numa empreitada cognitiva para compreender como ele funciona. Isso envolve duas grandes questões conceituais, em que o sujeito terá que descobrir o que a escrita representa e como ela é representada.

O processo de Letramento se inicia desde que a criança nasce e tem convívio com as práticas sociais da leitura e escrita. Já quando entra na Educação Infantil tem acesso a diversos gêneros literários, músicas, parlendas, o conhecimento do seu nome, cartas, jornais, enfim, a função social da escrita e seu uso social. Assim sendo, é uma ação cultural que por meio da mediação dos professores amplia a seu mundo letrado. A escola é fundamental, dessa maneira, para apropriação desses conhecimentos que podem acontecer de forma significativa.

Soares (2004, p. 16) acrescenta que "a alfabetização é algo que deveria ser ensinado de forma sistemática, ela não deveria ser diluída no processo de letramento". Esses aspectos facilitariam o seu processo de apropriação da cultura escrita, ao usar a leitura e escrita em situações reais com práticas sociais. Letramento significa de um modo amplo, o estado ou condição de quem não só domina o código, ou seja, saiba ler e escrever, mas quem use, efetivamente, a leitura e a escrita como uma prática.

O Letramento é um novo paradigma da prática social da leitura e escrita. Para a autora Tfouni (1998, p. 3), esse processo é "o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever apresentado pelos aspectos sócios históricos, mas por práticas psicossociais exercidas das práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive". Verifica-se que o processo de Letramento não necessita do domínio do código alfabético, porém o estado ou condição favorece o desenvolvimento para que este seguimento se dê a alfabetização. Dessa forma, é necessário repensar alfabetização no sentido restrito, ou seja, uma prática pedagógica baseada apenas nos métodos, o que levou a, por muitos anos, fazer com que diversas crianças ficassem fora das escolas.

Para complementar essas questões Cócco e Hailer (1996, p.7) apontam a seguinte reflexão sobre os aspectos: "uma aprendizagem mecânica do ler e escrever, que não se apoie sobre ideias e conhecimentos adquiridos pela criança sobre a língua escrita, que não venha acompanhada de uma real compreensão dos usos e funções da linguagem, que não esteja sustentada em um interesse em comunicar e compreender, é seguramente inútil". Desse modo, o trabalho realizado pelo professor é somente fazer da decodificação do código linguístico um treino, desprezando a escrita como uma prática social.

Destaca-se que a linguagem escrita e a leitura estão conectadas na apropriação do código linguístico. Dessa forma, o estudante tem que ser seu usuário, isto é, favorecer a sua participação efetiva na sua sociedade letrada, o que sustentaria a possibilidade de um caminho para a formação da cidadania. Dentro dessa concepção, a leitura e a escrita se tornam instrumentos fundamentais para convivência na contemporaneidade e apropriação do patrimônio da humanidade (CÓCCO E HAILER,1996).

Para os autores acima citados (CÓCCO E HAILER,1996), a alfabetização é uma ação que humaniza o homem globalmente, traduz os símbolos conquistados pela sua civilização, por meio da sua comunicação. Em vista disso, aponta-se que esse processo não é apenas de decifração mecanicamente entre os grafemas e fonemas, um ato de cópia. Assim sendo, procura-se entender como pensa a criança sobre a aprendizagem de ler e de escrever.

Os estudos de Jean Piaget (1896-1980) trouxeram explicações como o estudante interage com o mundo e com as pessoas para chegar ao conhecimento. "O desenvolvimento cognitivo especificamente caracteriza-se pelo aperfeiçoamento, amadurecimento das potencialidades do que lhe permitirá construir seu conhecimento." (PIAGET, 2002, p.1). Emília Ferreiro, que era discípula de Piaget, levanta a hipótese que a criança tem um conhecimento prévio a respeito da linguagem escrita e inicia um estudo sobre a "Psicogênese da Língua Escrita" (FERREIRO, 1982).

Dessa maneira, as investigações de Ferreiro (1980) trouxeram um repensar nas práticas pedagógicas. Assim, o aluno realiza "uma reconstrução do código linguístico, em vista disso, as estratégias utilizadas pelos métodos de alfabetização, uma aprendizagem de letras e sílabas não representam o funcionamento do código". É necessário que o estudante tenha contato com o objeto cultural que a escrita representa socialmente (CÓCCO E HAILER,1996, p.10).

Estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985) buscaram descrever e classificar as sucessivas etapas de produção da escrita, tentava-se compreender o motor que impulsiona esse processo de aprendizagem. Suas conclusões apontaram quatro momentos básicos pelos quais passam a maioria dos estudantes, independentemente do processo de escolarização. Estas fases são as seguintes: a escrita pré-silábica, na qual o estudante ainda não compreende o caráter fonético do sistema; a escrita silábica, em que os avanços da escrita já se ini-

ciam, pois, ele compreende que o sistema é uma representação da fala; a escrita silábico-alfabético, um momento de transição, porém que ainda não domina o sistema alfabético; e, por fim, o alfabético momento que a escrita se torna convencional.

Destaca-se Lev Vygotsky (1989) e seguidores que ampliaram o estudo sobre as capacidades intelectuais superiores do homem, uma vez que a linguagem seria o essencial fator para que o desenvolvimento acontecesse. Pode-se analisá-la como a estrutura dos símbolos, com caráter histórico social, consequentemente a informação e a interação linguística para a construção do conhecimento. Todos esses aspectos facilitaram o entendimento das relações entre o pensamento, linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.

Vygotsky (1989) identificou que a descoberta do simbolismo para as crianças são experienciadas nas brincadeiras de faz de conta, no desenho e na própria evolução dos traçados, isto é, um processo complexo e unificado que se aproxima do código linguístico, indispensável na sua conquista de formas superiores da expressão oral e escrita. Portanto, a mediação do professor para ampliar esses conhecimentos é fundamental desde a Educação Infantil.

Freire (1987, p. 120), ao traduzir um cenário sobre uma escola e o trabalho de uma educadora, esclarece que "a leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais significou uma ruptura com 'leitura' do mundo. Com ela, a leitura da palavra foi à leitura da 'palavra mundo'". [...] Dessa maneira, sintetiza e aponta que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura do mundo, mas por certa forma de escrevê-lo ou reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente".

Alfabetizar deve ser uma ação educativa que favoreça a leitura e a escrita por meio da linguagem real, natural, significativa e experienciadas pela sua função social no cotidiano, enfim, uma atividade que necessita da assimilação do código linguístico, uma prática que exige o pensamento e suas relações com o meio. Deste modo, o ser humano elaborou as primeiras formas de escrita para se comunicar e registrou suas ideias, pensamentos e descobertas históricas.

De acordo com Soares (2001), a escrita é um sistema convencional, para o início dos seus saberes sobre o código linguístico se faz necessário oportunizar as crianças explorá-la em diferentes espaços, ou seja, a sua livre expressão é essencial. Portanto, elas devem desenhar, pintar, usar as atividades lúdicas e outras expressões, assim, por meio do grafismo inicia-se seus primeiros registros. Trabalhar com o nome próprio pode-se considerar uma das práticas educativas favoráveis para a estabilização desses saberes.

A leitura também é uma prática social, pois está em muitos espaços e possui características específicas, isto é, o tipo de conteúdo de textos, que ela está inserida, as funções e finalidades de acordo com os gêneros dos textos. Assim sendo, a leitura apresenta características diferenciadas, ou seja, nas revistas, propagandas, jornais, poesias, músicas e outras. Denota-se que a leitura como prática social é histórica, individual e dialógica. Neste aspecto, além disso, ela faz parte do Letramento, ou seja, um processo de apropriação dos usos e funções da leitura e da escrita nas diferentes práticas social (SOARES, 2001).

Por meio do domínio do código alfabético e das práticas sociais, isto é, do letramento, irá pensar e estruturar todo seu conhecimento a partir do uso funcional da escrita e leitura. Soares (2004, p.34) argumenta que o estudante precisa ser alfabetizado convivendo com material escrito de qualidade, pois, "assim, ele se alfabetiza e ao mesmo tempo passa pelo processo de letramento. É possível alfabetizar 'letrando' por meio da prática da leitura e escrita. " Dessa maneira, ao dominar esses processos poderá participar efetivamente da sociedade letrada, em que vive, sendo um pré-requisito para a sua cidadania.

O professor ao propor a leitura de um texto conhecido como: parlendas, poesias, músicas estará estimulando o estudante a pôr em jogo tudo o que ele sabe de leitura e estimulá-lo a novos conflitos. "É necessário pôr em prática todas essas estratégias, para que estas possam chegar a leitura convencional, desta forma estabelecer diagnósticos mensais de escrita e leitura para que o avanço neste processo seja alcançado por ambos" (WEISS,1996, p.32).

Cabe à escola essa garantia de formar cidadãos letrados. É importante ressaltar que as estratégias de ensino, que permitam alfabetizar e "letrar" devem focar simultaneamente na leitura, na produção de textos e na reflexão da palavra. A partir desta contextualização, o estudante poderá perceber a representação da escrita e a pauta sonora, em que está inserida, pois por meio de outra forma não entenderia o seu real significado, apenas faria a relação entre fonema e grafema (ALBUQUERQUE, 2016, p.20).

Em suma, evidencia-se que um leitor competente é o indivíduo que utiliza a linguagem escrita e a leitura efetivamente, nas diferentes ações comunicativas. Ao se apropriar das estratégias e dos procedimentos da leitura acontece o domínio das diferentes práticas sociais, no aspecto de participação e "reconstrução" dos sentidos dos textos. Esses procedimentos individuais precisam de processos cognitivos complexos e sociais e das funções sociais que estas representam. Todos esses aspectos apontados, em síntese, irão construir estratégias para entender

o sentido dos textos, fatores que ativam o conhecimento prévio dos estudantes, ações que possibilitam antecipação de informações do texto na qual ele está inserido, isto é, inferências da leitura que se encontra nos livros.

2.3 ALFABETIZAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DAS NEUROCIÊNCIAS E DAS CIÊNCIAS COGNITIVAS

O presente trabalho traz novos estudos das Neurociências e Ciências Cognitivas para reflexão no campo educacional, em especial, na aquisição da leitura e escrita. O espaço escolar é o lugar em que deverá oferecer oportunidades de aprendizagem e aquisição de novos comportamentos na atividade cerebral dos aprendizes. "As Ciências cognitivas correspondem a uma área interdisciplinar que estuda sobre como as pessoas processam informações, isto é, quais são as diferentes operações mentais necessárias para a realização de determinadas tarefas" (SEABRA, 2021, p.13).

O cérebro é o núcleo das aprendizagens. Achados neurocientíficos foram descobertos e apontaram a importância de o sistema nervoso central conter funções específicas para o conhecimento. Para isso acontecer é necessário um trabalho pedagógico em que atue com a memória, a atenção, a percepção, a motivação, as emoções e noções de tempo e espaço, habilidades cognitivas fundamentais para aquisição da leitura e da escrita. Deveriam, portanto, ser reconhecidos como elementos fundamentais de pressupostos para organização de um projeto educativo eficaz.

Costa (2023) analisa que a tecnologia tem oferecido caminhos diferenciados para a aprendizagem e disponibilizado outros relacionamentos com o mundo. Na modernidade, os avanços tecnológicos propiciaram muitos novos conhecimentos e criaram uma organização para compreender os mapas mentais envolvidos no processo de aprendizagem. Ao estudar como o cérebro aprende, destaca-se o entendimento de como as redes neurais se estabelecem no momento da aprendizagem, além de como os estímulos chegam ao cérebro e a forma como as memórias se consolidam. Amplia-se a compreensão do processo, que acontece, ao acesso a essas informações armazenadas.

A importância das Neurociências não se faz para direcionar uma nova abordagem pedagógica, mas para basear novas práticas calcadas em conhecimento científico. Para isso, destaca-se a importância de ter o conhecimento das condições e fatores de como o cérebro funciona, assim como de estabelecer como os educadores poderão modificar as práticas pedagógicas trazendo melhoria no desenvolvimento de todas as potencialidades dos estudantes.

O ser humano, desde que nasce, vive em um ambiente sociocultural e estabelece diversos comportamentos, que, ao serem adquiridos durante a sua vida, resultam em aprendizagem. Para Kolb e Whishaw (2002, p. 6) "aprender é uma característica intrínseca do ser humano, essencial para a sobrevivência". Aprendizagem é resultado de funções mentais interrelacionadas ao cérebro, como: atenção, memória, percepção, emoção, função executiva.

Segundo Seabra (2021), a alfabetização é um campo de investigação pesquisado mundialmente diante dos avanços científicos. No Brasil, estes conhecimentos ainda não são muito divulgados e utilizados pela medicina nas áreas de neurolinguística e neurologia. Pesquisam-se: como se desenvolve o processo de alfabetização para aplicação das práticas educativas nas escolas; as principais habilidades e competências necessárias para o domínio da base alfabética e as tomadas de decisões pertinentes pelos educadores, quando fazem a mediação deste processo.

Para Alvarez e Lemos (2015), o aprendizado de novas habilidades e conhecimentos faz integração ao sistema de memórias, pois ao raciocinar e correlacionar aprendizagens para novas informações, que serão armazenadas na memória, haverá o diálogo interno, chegando-se a conclusões inéditas e a solução de situações-problema. Processo que resulta na capacidade de memorização, atenção e planejamento, aliadas às habilidades de relacionar os dados armazenados aos novos, que se capta do ambiente por meio dos estímulos. Trata-se de um processo neuro bioquímico, que se realiza no sistema nervoso central humano.

Maluf (2021, p.25) evidencia a importância dos estudos das ciências cognitivas da leitura e as explicações sobre os mecanismos cerebrais envolvidos para a aquisição da leitura e da escrita. Segundo essa autora, o cérebro traz um equipamento genético que faz a programação da linguagem oral, mas não para a linguagem escrita. "O processamento visual e o processamento auditivo são necessários para aprender ler". As pesquisas recentes demonstram que as habilidades metalinguísticas são importantes para auxiliar na aprendizagem da linguagem escrita deverão ser articuladas com a consciência fonológica e a consciência fonêmica.

Julioti (2020) faz uma síntese das principais descobertas no campo de aquisição da leitura e escrita relativas ao cérebro. A autora analisa como o estudante elabora esse processo: faz a leitura de letras, pois estas são elaboradas pelas estruturas cerebrais de grande especificidade funcional; identifica a palavra, usando informações de natureza ortográfica e fonológica das letras do alfabeto, ou seja, o princípio alfabético não representa sons e sim expressa fone-

mas, e, posteriormente, possui uma área específica no hemisfério esquerdo, que é o responsável pela codificação ortográfica.

Sendo que a descoberta do princípio alfabético é diferente de dominar o código alfabético, pois esta habilidade implica o conhecimento de regras de como acontece o funcionamento do conjunto das correspondências grafema-fonema. Julioti (2020) distingue que a consciência fonêmica é a capacidade de identificar intencional e explicitamente fonemas na fala e se relaciona com o desempenho posterior da leitura. A consciência fonêmica seria diferente da consciência fonológica, por dizer respeito à habilidade de conscientemente manipular não apenas os sons individuais, mas também as sílabas, as partes das sílabas (rima) e as palavras, processos neurais que envolvem muitos momentos de tomada de decisão.

De acordo com Brites (2021, p. 130), "a leitura e a escrita são processos que dependem de várias regiões cerebrais tantas específicas e não específicas. A integralidade congênita dessas redes e a exposição estimulada, desde muito cedo, a elementos essenciais para a alfabetização são decisivos para o futuro escritor/leitor". Para isso acontecer é necessário um trabalho planejado de mediação dos professores para que todos os estudantes possam aprender. Desse modo, as intervenções e as mediações planejadas pelos educadores serão fundamentais para os estudantes adquirirem a linguagem escrita.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetização é uma temática discutida há muitos anos no Brasil. O processo de alfabetização é uma aprendizagem conceitual, portanto, ainda alguns educadores confundem os métodos de ensino como uma técnica. Para sanar essa problemática é fundamental que todas as escolas reflitam sobre as múltiplas facetas que o processo de aquisição de leitura e da escrita possui para aquisição do código linguístico.

Constatou-se, nesse estudo, a importância de as práticas educativas conhecerem as concepções epistemológicas e metodológicas em que envolvem as habilidades da leitura e da escrita. Estudos comprovaram que a escrita não é produto escolar e sim um objeto cultural elaborado pela humanidade. Portanto, a alfabetização é uma construção conceitual de representação da linguagem, que se desenvolve dentro e fora do ambiente escolar.

Cabe à escola oferecer conjuntamente ao trabalho de alfabetização, as práticas sociais da leitura e da escrita, isto é, o letramento. Por meio da função social da escrita, os estudantes irão se apropriar desse conhecimento de forma significativa. Assim, as atividades pedagógicas deverão estar integradas com o processo de letramento para favorecer o desenvolvimento da alfabetização, pois a apropriação do código linguístico fará o estudante ter participação efetiva na sociedade letrada como cidadão.

As Ciências Cognitivas e as Neurociências são fundamentais para serem conhecidas pelos alfabetizadores, pois trazem muitas contribuições para entendimento sobre como se processa a aquisição da leitura e da escrita. Essa pesquisa apontou elementos que deverão ser explorados no ambiente escolar e planejados para que todos os estudantes possam garantir o domínio desses códigos.

Destacou-se a relevância social da alfabetização como uma ação de humanização do homem e um elo para conquistar os símbolos elaborados por sua civilização. Sendo uma bagagem, iniciada nos primeiros anos escolares, que será ampliada durante toda a sua vida na convivência social e para a formação da cidadania. Dessa forma, assinala-se a importância de ampliar-se com mais estudos e pesquisas sobre a temática no campo educacional

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. N. de. Reflexões acerca do processo de adaptação escolar e aprendizagem. Revista Construir Notícias, ano 15, jul./ago. 2016, n.8, p.5-11, 2016.

ALVARES, A; LEMOS, IC. Neurociências: o processo de aprendizagem. A influência do sistema nervoso no comportamento e assimilação de dados. Psique Especial, São Paulo, ano I, n. 3, p.29, 2015.

BRITES, Clay. Aspectos Biológicos e Neurológicos da Linguagem Escrita. In: SEABRA, Alessandra (org.). Alfabetização: da ciência cognitiva à Prática Escolar. Londrina/ Paraná: Neuro Saber, 2021.

CAGLIARI, Luís Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 1990 (coleção pensamento e ação no Magistério.

CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

CÓCCO, M. F.; HAILER, M. A. Didática da Alfabetização – Decifrar o mundo. Alfabetização e socio construtivismo. São Paulo, FTD, 1996. (Coleção Conteúdo e metodologia).

COLELLO, S. M. G. Alfabetização em Questão, São Paulo: Editora Graal, 1995.

COSTA, Raquel Lima Silva. Neurociência e aprendizagem. Brasileira de Educação. v.28,

2023. Disponível em: hpp:// cielo.br/j/ rbedu/a/ZPmWbM6n7JN5vbfj8hfbyfK/?for-

mat=pdf&lang=pt. Acesso: 06 jan. 2024.

DURIGAN, Joara Corrêa de Oliveira. Práticas Pedagógicas e desempenho de crianças em processo de alfabetização. Tese de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M07_durigan.pdf. Acesso: 05 jan. 2024.

FERREIRO, Emília. Com todas as letras. São Paulo: Cortez, 1980.

FERREIRO, E & TEBEROSKY. A. Psicogênese da Língua Escrita, Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre Alfabetização. 14 ed., São Paulo: Cortez, 1989 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1987(Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

JULIOTI, S. Neurociência cognitiva: Ciência da aprendizagem e da educação. 2020. Disponível em: http://youtube/CvaWrecMfto. Acesso: 08 jan. 2024.

KOLB, B.; WHISHAW, I.Q. Neurociência do Comportamento. São Paulo: Manole, 2002.

MALUF, Maria Regina. Formação de Professores e Alfabetização. SEABRA, Alessandra

(org.). Alfabetização: da ciência cognitiva à Prática Escolar. Londrina/Paraná: Neuro Saber, 2021.

PIAGET, Jean. A noção de tempo na criança. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RIZZO, Gilda. Alfabetização Natural. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SCHILCKMANN, Maria Sirlene Pereira. As cartilhas no processo de alfabetização.

Disponível em: http://academia.ed./es/62684679/as_cartilhas_no_processo_de_alfabetização.

Acesso: 08 jan. 2024

SEABRA, Alessandra (org.). Alfabetização: da ciência cognitiva à Prática Escolar. Londrina/Paraná: Neuro Saber, 2021.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. Psicopedagogia, v. 28, n. 87, p. 306-320, 2011. Disponível em: https://tinyurl.com/y44bsu7y. Acesso: 03 jan. 2024.

SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1988.

SOARES, Magda B. Letramento e alfabetização. São Paulo: Contexto, 2004.

SOARES, Magda B. Linguagem e Escola – Uma perspectiva social. São Paulo: Contexto, 2001.

TFOUNI, Leda V. Letramento e alfabetização. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.